



CÂMARA DOS DEPUTADOS
PL 2.303/15 - BANCO CENTRAL REGULAR MOEDAS VIRTUAIS

REQUERIMENTO Nº DE 2017
(Do Sr. AUREO)

Requer a realização de Audiência Pública com o intuito de discutir os efeitos dos “Bitcoins” como arranjos de pagamentos.

Senhor Presidente,

Nos termos do Art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), requero a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, sejam convidados a comparecer a este órgão técnico, em reunião de Audiência Pública, para discutir os efeitos dos **Bitcoins como arranjos de pagamento na Economia**, as seguintes pessoas.

1. Sr. Fábio Lacerda - Banco Central do Brasil – BACEN;
2. Representante da Comissão de Valores Mobiliários – CVM;
3. Representante do Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF;
4. Representante do Instituto Brasileiro do Consumidor – IDEC;
5. Sr. Evandro Camilo Vieira – Professor Fundação Getúlio Vargas – FGV.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
PL 2.303/15 - BANCO CENTRAL REGULAR MOEDAS VIRTUAIS

JUSTIFICAÇÃO

Os Bitcoins são reconhecidos por ser uma nova forma de se fazer negócios e as moedas digitais representam um grande desafio para as instituições que estão acostumadas com transações apenas com moedas tradicionais.

Um dos maiores debates sobre criptomoedas é quanto à sua regulamentação. Como é possível dar margem de segurança ao seu uso sem inviabilizar ou exagerar nas regras.

O Governo dos Estados Unidos vêm sendo um dos pioneiros quando o assunto é regulação. Contudo, é importante saber que, em certos aspectos, o governo americano tem falhado na tarefa. Isso se deve ao fato seguir uma linha tradicional quanto à regulamentação de Bitcoins, em comparação com outros países. A lógica de pensamento norte-americana visa, muito mais, à obediência da nova moeda ao estado, em detrimento da noção de que os Bitcoins podem alterar de vez a economia mundial.

Muitos podem questionar: quais são as vantagens da regulamentação de bitcoins?

Com efeito, a sugestão que fazemos é debater o tema, de forma aberta, com a presença de representantes da Administração Pública e especialistas no assunto, para chegar a conclusões.

Diante do exposto peço apoio aos integrantes desta Comissão na aprovação deste Requerimento, a fim de discutir o tema no âmbito desse Colegiado.

Sala da Comissão, de de 2017.

Deputado **AUREO**
Solidariedade/RJ